

Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concentração da receita de venda de energia

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em um único cliente. Desta forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

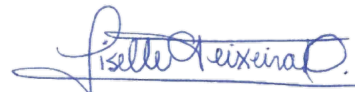
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.589	10.728	Fornecedores		363	12
Contas a receber	6	5.061	4.034	Empréstimos e financiamentos	12	13.894	13.294
Impostos a recuperar		5	15	Tributos e contribuições sociais a recolher	9	860	696
Despesas antecipadas		<u>1.727</u>	<u>542</u>	Partes relacionadas	11	423	1.249
		<u>26.382</u>	<u>15.319</u>	Encargos com energia elétrica	10	<u>714</u>	<u>717</u>
						<u>16.254</u>	<u>15.968</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	7	13.170	12.971	Empréstimos e financiamentos	12	289.398	288.963
Imobilizado	8	365.705	379.865	Provisão para riscos	13	<u>1.652</u>	-
Intangível		<u>123</u>	<u>110</u>			<u>291.050</u>	<u>288.963</u>
		<u>378.998</u>	<u>392.946</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
				Capital social		132.900	132.900
				Prejuízos acumulados		<u>(34.824)</u>	<u>(29.566)</u>
						<u>98.076</u>	<u>103.334</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>405.380</u></u>	<u><u>408.265</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>405.380</u></u>	<u><u>408.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	15	52.577	47.289
Custos com energia elétrica	16	(10.312)	(7.665)
Custos de operação	16	(17.996)	(19.581)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(28.308)</u>	<u>(27.246)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>24.269</u>	<u>20.043</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	17	(487)	(314)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>23.782</u>	<u>19.729</u>
Receitas financeiras		3.016	2.220
Despesas financeiras		(30.162)	(36.299)
RESULTADO FINANCEIRO	18	<u>(27.146)</u>	<u>(34.079)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(3.364)</u>	<u>(14.350)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.894)	(1.770)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u><u>(5.258)</u></u>	<u><u>(16.120)</u></u>
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$	15.b	(0,0396)	(0,1167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.258)	(16.120)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(5.258)</u>	<u>(16.120)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	126.900	(13.446)	113.454
Aumento de capital em 15 de fevereiro de 2022	6.000	-	6.000
Prejuízo do exercício	-	(16.120)	(16.120)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>132.900</u>	<u>(29.566)</u>	<u>103.334</u>
Prejuízo do exercício	-	(5.258)	(5.258)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u><u>132.900</u></u>	<u><u>(34.824)</u></u>	<u><u>98.076</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(5.258)	(16.120)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	8	14.092	16.088
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	12	26.636	30.651
Amortização dos custos de transação		164	171
Provisão para riscos		15	-
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:			
Contas a receber	6	(1.027)	(2.097)
Impostos a recuperar		10	(15)
Despesas antecipadas		452	(59)
Partes relacionadas	11	-	-
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		351	(2.671)
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	1.591	1.529
Partes relacionadas	11	(826)	180
Encargos com energia elétrica	10	(3)	717
Caixa líquido gerado pelas operações		36.197	28.374
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.425)	(1.671)
Juros pagos	12	(12.518)	(11.390)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>22.254</u>	<u>15.313</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários	7	(199)	215
Adições ao imobilizado	8	68	(1.400)
Adições ao intangível		(15)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(146)</u>	<u>(1.185)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	14	-	6.000
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	12	(13.247)	(11.566)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(13.247)	(5.566)
ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>8.861</u>	<u>8.562</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.728	2.166
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		19.589	10.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“Companhia” ou “OB III”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de setembro de 2018, com sede na BR 242 km 517, Zona Rural, CEP 47530-000, Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia. A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio das Usinas UFV Sol do Sertão XXXV, UFV Sol do Sertão XIII e UFV Sol do Sertão XIV conforme Resolução Autoritativa nº 8.001 de 23 de julho de 2019, Resolução Autoritativa nº 7.997 de 23 de julho de 2019 e Resolução Autoritativa nº 8.000 de 23 de julho de 2019 respectivamente. A Companhia possui prazo de autorização de 35 anos.

A Companhia tem como acionista controlador a Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), cujo, objeto social é a participação no capital de Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) com foco em ativos de energia renovável tendo como investimento o Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão localizado em Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia com capacidade instalada total de 475.760 MWp, sendo 140.137 MWp da OB III. A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito específico é a geração de energia solar.

Continuidade das operações

O capital circulante líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 encontra-se positivo em R\$10.128 (R\$649 negativo em 31 de dezembro de 2022).

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

Mudança de estimativa contábil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a revisão de vida útil de seus ativos e decidiu por mudar a metodologia de cálculo da estimativa. Até então a Companhia utilizava as taxas de vida útil conforme manual da ANEEL. Com o objetivo de se aproximar mais do efetivo período ao qual o ativo irá de fato entregar benefícios econômicos para a Companhia, a Administração entendeu que a unidade geradora de caixa do ativo é a própria estrutura construída, que somente na sua totalidade de funcionamento gera o benefício econômico esperado pela Companhia.

Dessa maneira sem prejuízo do controle físico individual dos itens e equipamentos, a Companhia decidiu por controlar a depreciação do ativo em uma única taxa.

O projeto possui prazo de autorização de 35 anos e durante este período estará apto a gerar e vender energia. Porém a Administração decidiu utilizar 30 anos para a vida útil estimada de seus ativos, seguindo o período de garantia de performance dos equipamentos conforme contrato de aquisição deles. Desta maneira, apesar de ainda existir o benefício econômico em 35 anos, dado a limitação legal e orientação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, os ativos devem ser depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização.

Impacto no resultado

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros”, a alteração da taxa de depreciação tem um impacto prospectivo no resultado, não afetando o resultado de exercícios anteriores da Companhia. Considerando os meses de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 o impacto foi uma redução na despesa de depreciação de R\$2.262.

		<u>31/12/2023</u>
Despesa de depreciação	Taxa ANEEL	16.354
Despesa de depreciação	30 anos	<u>14.092</u>
Impacto total		<u>2.262</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a definição da provisão para risco, a vida útil do ativo imobilizado e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia revisou a metodologia de avaliação da vida útil dos ativos e realizou a alteração na estimativa dos ativos operacionais conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada do ativo. A taxa de depreciação do ativo representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção da planta. A Empresa definiu uma vida útil de 30 anos, o qual representa o período estimado pela Administração dos benefícios econômicos do ativo, considerando a limitação legal e orientação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização.

Os gastos incorridos que aumentam o valor, em caso de aquisições de sobressalente, ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da Companhia é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente

A tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.10. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2023 correspondem, basicamente, à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), Encargos de Uso da Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.11. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao:

(i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- **Reconhecimento:**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- **Mensuração:**

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada) da Companhia.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, adicionalmente, a Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não há expectativa de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos bancários	2.112	2.183
Aplicações financeiras (i)	17.477	8.545
	<u>19.589</u>	<u>10.728</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100,5% do CDI, em 31 de dezembro de 2023 (99% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Venda de energia (i)	5.061	3.962
CCEE (ii)	-	72
	<u>5.061</u>	<u>4.034</u>

(i) Principal saldo em aberto de contas a receber relativo ao “Power Purchase Agreement - PPA” junto a Cemig. O contrato prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG até dezembro de 2041.

(ii) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	5.061	3.962
Vencidos até:		
01 - 30 dias	-	5
91 - 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	67
	<u>5.061</u>	<u>4.034</u>

Em 31 de dezembro de 2023 não há registro de provisão para perdas esperadas de créditos.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta reserva (i)	13.170	12.971
	<u>13.170</u>	<u>12.971</u>

- (i) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida remunerado a 97,09% do CDI (97,82% em 31 de dezembro de 2022).

8. IMOBILIZADO

a) Composição do ativo imobilizado

	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Imobilizado operacional em serviço</u>			
Planta fotovoltaica (i)	30 anos	365.404	379.496
Sobressalentes	-	<u>301</u>	<u>369</u>
		<u>365.705</u>	<u>379.865</u>

- (i) Refere-se ao total dos custos de construção, incluindo máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias.

b) Mapa de movimentação do imobilizado

	<u>Valor</u> <u>Líquido em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor</u> <u>Líquido em</u> <u>31/12/2023</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Planta fotovoltaica (i)	379.496	-	-	-	(14.092)	365.404
Sobressalentes	<u>369</u>	-	<u>(68)</u>	-	-	<u>301</u>
	<u>379.865</u>	-	<u>(68)</u>	-	<u>(14.092)</u>	<u>365.705</u>

	<u>Valor</u> <u>Líquido em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor</u> <u>Líquido em</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Planta fotovoltaica (i)	393.364	-	-	2.221	(16.088)	379.496
Sobressalentes	<u>375</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	-	-	<u>369</u>
	<u>393.739</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>2.221</u>	<u>(16.088)</u>	<u>379.865</u>
<u>Imobilizado em construção</u>						
Imobilizado em construção	814	3.996	(2.589)	(2.221)	-	-
	814	3.996	(2.589)	(2.221)	-	-
	<u>394.553</u>	<u>3.993</u>	<u>(2.592)</u>	-	<u>(16.088)</u>	<u>379.865</u>

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	341	279
IRPJ e CSLL	517	415
Outros impostos	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>860</u>	<u>696</u>

10. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de uso de rede elétrica	675	670
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	<u>39</u>	<u>47</u>
	<u>714</u>	<u>717</u>

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Passivo</u>		
Compartilhamento de custos:		
OB I (i)	<u>423</u>	<u>1.249</u>
	<u>423</u>	<u>1.249</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado		
Compartilhamento de custos:		
OB I (i)	<u>2.890</u>	<u>2.437</u>
	<u>2.890</u>	<u>2.437</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Compartilhamento de custos - origem pela OB I: refere-se a valores de folha de pagamento e serviços contratados para o Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão através da OB I e que são rateados entre todas as SPEs do Complexo de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) BNDES

Em 30 de outubro de 2020 a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito a OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044.

A linha de crédito para a OB III foi disponibilizada através da linha de crédito "C": recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

Composição de empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	14.051	13.458
(-) Custo de Colocação de Dívidas	(157)	(164)
	<u>13.894</u>	<u>13.294</u>
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	290.971	290.693
(-) Custo de Colocação de Dívidas	(1.573)	(1.730)
	<u>289.398</u>	<u>288.963</u>
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>303.292</u>	<u>302.257</u>

Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	31/12/2022
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.	BNDES	267.740	30/10/2020	IPCA + 4,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/10/2044	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto ¹ .	305.023	304.152
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(1.730)	(1.895)
									303.292	302.257

¹ Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023, e fianças bancárias exoneradas

b) Fluxo nominal

	<u>31/12/2023*</u>	<u>31/12/2022*</u>
2024	14.051	13.458
2025	13.637	12.940
2026	13.722	13.018
2027	13.810	13.098
2028	13.902	13.182
A partir de 2029	<u>235.901</u>	<u>238.456</u>
	<u><u>305.023</u></u>	<u><u>304.152</u></u>

* Refere-se à composição por ano de vencimento no valor bruto de dívida

c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>(-) Custo de Colocação de Dívidas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2021	296.457	(2.066)	294.391
Ingresso	-	-	-
Provisão de juros	12.501	-	12.501
Amortização de custos de colocação de dívida	-	171	171
Atualização monetária	18.150	-	18.150
Liquidação do principal	(11.566)	-	(11.566)
Liquidação dos encargos	(11.390)	-	(11.390)
Saldo em 31/12/2022	<u>304.152</u>	<u>(1.895)</u>	<u>302.257</u>
Saldo em 31/12/2022	304.152	(1.895)	302.257
Ingresso	-	-	-
Provisão de juros	12.409	-	12.409
Amortização de custos de colocação de dívida	-	164	164
Atualização monetária	14.228	-	14.228
Liquidação do principal	(13.247)	-	(13.247)
Liquidação dos encargos	(12.518)	-	(12.518)
Saldo em 31/12/2023	<u><u>305.023</u></u>	<u><u>(1.731)</u></u>	<u><u>303.292</u></u>
		Circulante	13.894
		Não Circulante	289.398
		Total em	-----
		31/12/2023	<u><u>303.292</u></u>

d) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

e) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

O financiamento com o BNDES referente a Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding, com base nas demonstrações financeiras.

O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital.

A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 o índice de 1,30 não foi atingido, entretanto não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui processo em fase administrativa, em que ocorreu a ciência da lavratura do auto de infração em 14 de fevereiro de 2023, correspondente ao questionamento sobre a não escrituração de notas fiscais em 2020 e 2021 no valor de R\$1.637 no qual foi realizado a provisão. A contrapartida foi o registro de um contas a receber com o antigo provedor de outsourcing fiscal, visto que conforme contrato de prestação de serviço em caso de perda ele assumirá o custo.

A Companhia possui processo em fase administrativa correspondente a questionamento sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$906 mil reais.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, totalmente subscrito e integralizado é de R\$132.900 (representado por 132.899.813 ações).

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>31/12/2023 e</u> <u>31/12/2022</u>
Sol do Sertão Holding S.A.	<u>100%</u>
	<u>100%</u>

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(5.258)	(16.120)
Média ponderada de ações ordinárias	132.899.813	138.143.649
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	(0,0396)	(0,1167)

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Geração de energia - contratada	55.066	49.461
Geração de energia - CCEE	4	150
Receitas operacionais	<u>55.070</u>	<u>49.611</u>
PIS	(356)	(322)
COFINS	(1.641)	(1.488)
TFSEE	(496)	(512)
Dedução das receitas operacionais	<u>(2.493)</u>	<u>(2.322)</u>
	<u><u>52.577</u></u>	<u><u>47.289</u></u>

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de energia	(1.761)	(41)
Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia ("TUST") (i)	(8.551)	(7.624)
Custos com energia elétrica	<u>(10.312)</u>	<u>(7.665)</u>
Pessoal e encargos	(178)	(246)
Materiais	(112)	(169)
Serviços de terceiros	(2.155)	(1.840)
Prêmios de seguros	(642)	(483)
Arrendamento e aluguéis	(634)	(518)
Depreciação e amortização	(14.092)	(16.088)
Outros	(183)	(237)
Custos de operação	<u>(17.996)</u>	<u>(19.581)</u>
	<u><u>(28.308)</u></u>	<u><u>(27.246)</u></u>

(i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais	-	(5)
Serviços de terceiros	(201)	(177)
Provisão para contingências	(14)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	(1)
Outros	(272)	(131)
	<u>(487)</u>	<u>(314)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendimentos das aplicações financeiras	3.015	2.209
Outras receitas	<u>1</u>	<u>11</u>
	<u>3.016</u>	<u>2.220</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(26.636)	(30.651)
Comissões, garantias e fianças (i)	(3.457)	(5.515)
IOF	(4)	(55)
Outras despesas financeiras	(65)	(78)
	<u>(30.162)</u>	<u>(36.299)</u>
	<u>(27.146)</u>	<u>(34.079)</u>

- i) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita Operacional Bruta	53.837	53.837	47.110	47.110
Receitas Financeiras	<u>586</u>	<u>586</u>	<u>841</u>	<u>841</u>
Total	<u>54.422</u>	<u>54.422</u>	<u>47.951</u>	<u>47.951</u>
Base de cálculo	4.893	7.046	4.610	6.494
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL apurados	734	634	691	584
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IR	465	-	437	-
Imposto de renda e contribuição social	1.199	634	1.128	584
Alíquota efetiva - %	2,20%	1,17%	2,35%	1,22%

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

(iv) Risco de crédito

Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia e controladas a incorrerem em perdas financeira devido a concentração de suas receitas de venda de energia em um único cliente. A Companhia tem a possibilidade de venda de energia no mercado de curto prazo, o que mitiga parte do risco de crédito, e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos financeiros.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2023				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	17.477	1.745	1.309	2.181	872	2.617
Títulos e valores mobiliários	CDI	13.170	1.315	986	1.643	657	1.972
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(305.023)	(11.774)	(8.830)	(14.717)	(5.887)	(17.661)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	31/12/2023	31/12/2022	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	19.589	10.728	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	13.170	12.971	Nível 2
Custo amortizado:			
Contas a receber	5.061	4.034	
Custos amortizado:			
Fornecedores	363	12	
Empréstimos e financiamentos	303.292	302.257	
Partes relacionadas	423	1.249	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

22. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.
